

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO N.º 037-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOCS: 2026-94P59

TERMO DE FOMENTO 037/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO - ADERES E A ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, QUE TEM POR OBJETO O PROJETO “AÇÕES QUE TRANSFORMAM - REDENORTE”

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO – ADERES**, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 714, 5º andar. Ed.RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória – ES doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.683.866/0001-07, neste ato representado pelo Diretor Geral/Respondendo Sr. **HUGO SANTOS TÓFOLI**, nomeado(a) pelo Decreto nº 1474-S, de 03 de julho de 2026, publicada no DIO de 06 de julho de 2026, brasileiro, casado, portador da Matrícula Funcional nº 3290476, e a **ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ sob nº. 44.017.802/0001-80, com sede na Rod ES 137, Centro - Mucurici-ES, CEP 29880-000, neste ato representado pela Sra. **MIRANI DOS SANTOS PEREIRA**, residente e domiciliada no Município de Mucurici/ES, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2026-94P59** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto, a realização do projeto **“AÇÕES QUE TRANSFORMAM - REDENORTE”**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 - O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio

na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$160.000,00(cento e sessenta mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de **R\$160.000,00(cento e sessenta mil reais)**, Programa de trabalho 10.49.203.23.691.0035.2062 - Inova Mercado, Fonte 1500, Natureza 335041 – CONTRIBUIÇÕES, Reserva 2026NR00497.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **30/06/2027**.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente

Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do telefone: (27) 3636-8552 e e-mail: gabinete@aderes.es.gov.br, no prazo máximo de 30(trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

10.4 - Da Proteção de Dados Pessoais:

10.4.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os partícipes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

10.4.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar, ao longo de toda a vigência da parceria, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

10.4.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá:

10.4.1.2.1. Notificar imediatamente a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL;

10.4.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

10.4.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

10.4.2. Necessidade. Os partícipes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

10.4.2.1. Os partícipes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste ajuste e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

10.4.2.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

10.4.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.4.3.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá notificar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

10.4.3.2. Os partícipes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

10.4.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a responsabilidade

pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

10.4.5. Responsabilidade. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este ajuste, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL em seu acompanhamento.

10.4.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, não exime a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL das obrigações decorrentes deste ajuste, permanecendo integralmente responsável perante a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

10.4.5.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve colocar à disposição da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

10.4.5.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve auxiliar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste ajuste.

10.4.5.4. Se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL constatar que dados pessoais foram utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste ajuste, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do ajuste e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

10.4.6. Eliminação. Extinto o ajuste, independentemente do motivo, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20(vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclave, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.



Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITÁVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 27 de julho de 2026.

HUGO SANTOS TÓFOLI
DIRETOR GERAL – ADERES/RESPONDENDO

MIRANI DOS SANTOS PEREIRA
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV - DO RESPONSÁVEL PELA PARCERIA

Pessoa responsável pela parceria dentro da organização:

Mirani dos Santos Pereira

Telefone

Celular (27) 999568535

E-mail: miranidsp10@gmail.com

CPF:

RG/Órgão Expedidor:

Cargo: Presidente

Formação Profissional: Magistério, Contabilidade e Gestão Ambiental

B - PROJETO

Título do projeto

AÇÕES QUE TRANSFORMAM - REDENORTE

I - PERÍODO DE EXECUÇÃO

Início

julho/2026

Término

junho/2027

II - APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A presente proposta vem apresentar o projeto de Fortalecimento da Associação Regional de Catadores e Catadoras da Região Norte do Espírito Santo – Redenorte, ação voltada para melhorar a segurança nas atividades desenvolvidas, proporcionar visibilidade e capacitação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis e disponibilizar crédito às suas associadas para investimentos e melhorias nas estruturas de suas associações, visando o desenvolvimento sustentável da região, com foco na inclusão social, geração de renda, proteção ambiental e fortalecimento da economia circular local.

O projeto surge da necessidade constante de investimento em segurança para o desenvolvimento do trabalho, através da aquisição de equipamentos de proteção individual dos catadores e catadoras, de visibilidade e capacitação técnica no setor da reciclagem, por meio da aquisição de uniformes e da participação em eventos de economia circular, reciclagem, circularidade, que permitiram mostrar a Redenorte e proporcionar capacitação para aos associados.

Através destas ações, pretendemos fortalecer o trabalho desenvolvido pela Redenorte nas atividades de triagem, coleta seletiva e destinação adequada de resíduos sólidos, ampliando a atuação, aumentando a autonomia e sustentabilidade ambiental e econômica.

Espera-se com esse fortalecimento gerar impactos sociais como:

- Valorização do trabalho dos catadores e catadoras, promovendo sua inclusão produtiva;
- Aproximação da relação entre poder público, sociedade civil e setor de reciclagem.

Na área ambiental, apoio para o fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e estímulo à educação ambiental e ao consumo sustentável.

Este projeto será viabilizado por meio de recurso oriundo de emenda parlamentar nº 979 do Deputado Estadual Toninho da Emater, que reconhece a importância da Redenorte para o desenvolvimento socioambiental da Região Norte do nosso Estado. Mais do que uma iniciativa pontual, trata-se de uma ação estruturante, com potencial de transformação duradoura no Norte do Espírito Santo.

III – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A região compreendida pelos municípios de Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Boa Esperança, Ecoporanga, Itaguaçu, Itarana, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Mateus, Rio Bananal e Vila Pavão, integrantes da Associação Redenorte, apresenta características socioeconômicas e territoriais que impõem desafios significativos à gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos.

Sob o ponto de vista econômico, a região possui base produtiva predominantemente voltada à agropecuária, com destaque para culturas como café e pimenta-do-reino, além da pecuária e atividades florestais. Observa-se baixa diversificação econômica e reduzido nível de industrialização na maioria dos municípios, com exceção de polos regionais como São Mateus e Nova Venécia. Esse cenário resulta em Produto Interno Bruto per capita inferior à média estadual em grande parte dos municípios, além de elevada dependência de transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Tal configuração limita a capacidade de investimento público contínuo, especialmente em setores que demandam infraestrutura robusta, como o saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos.

No âmbito social, a região apresenta desafios relacionados à desigualdade socioeconômica, à dispersão populacional — com significativa presença de população rural — e à insuficiência de serviços públicos estruturados em áreas periféricas e rurais. Soma-se a isso a baixa inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis nos sistemas municipais de coleta seletiva e a limitada participação da população em práticas ambientalmente adequadas, associada à carência de programas contínuos de educação ambiental.

Do ponto de vista ambiental, a gestão de resíduos sólidos constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento sustentável da região. Ainda são observadas fragilidades na destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, com histórico de utilização

de lixões ou aterros controlados e processos ainda em fase de adequação às exigências legais. Adicionalmente, práticas inadequadas de descarte persistem, especialmente em áreas rurais, incluindo queima de resíduos e deposição irregular em áreas abertas, gerando impactos diretos sobre o solo, os recursos hídricos e a saúde pública.

Em relação à prestação dos serviços de limpeza urbana, os dados regionais indicam que a cobertura da coleta domiciliar de resíduos sólidos atende aproximadamente entre 63% e 75% da população total, com maior eficiência nas áreas urbanas, onde a cobertura pode alcançar entre 85% e 95%.

No que se refere à coleta seletiva, verifica-se que sua implementação ainda é incipiente e heterogênea entre os municípios da Redenorte. Estima-se que a cobertura desse serviço atinja entre 20% e 40% da população, geralmente concentrada em áreas urbanas específicas ou por meio de iniciativas pontuais, como pontos de entrega voluntária. A taxa média de recuperação de materiais recicláveis permanece baixa, situando-se inferior a 5% do total de resíduos gerados, o que demonstra baixa eficiência do sistema e elevado potencial de ampliação, sobretudo por meio da estruturação de cadeias de reciclagem e inclusão produtiva de catadores.

Assim, a presente iniciativa justifica-se pela necessidade do fortalecimento da Redenorte, aliadas a políticas públicas voltadas para expansão da coleta seletiva, da conscientização ambiental da população, condição essencial para garantir condições de trabalho e visibilidade aos catadores e catadoras de materiais recicláveis, ao mesmo tempo que promove avanços na gestão ambiental da região Norte do ES, em consonância com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as diretrizes do desenvolvimento sustentável.

IV - JUSTIFICATIVA

A Associação Regional de Catadores da Região Norte do Estado do Espírito Santo – REDENORTE, fundada em 2021, é uma entidade sem fins lucrativos que atua no fortalecimento institucional das associações de catadores de materiais recicláveis. Atualmente, 16 das 20 associações integrantes possuem contratos com o poder público para a execução de serviços de coleta, triagem e destinação de resíduos recicláveis. A REDENORTE tem por finalidade representar e apoiar suas associadas, promovendo a inclusão socioprodutiva dos catadores, a economia solidária, a capacitação, a articulação de parcerias e o fortalecimento das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade ambiental.

A realização deste projeto, tem como justificativa a necessidade constante de ações estratégicas para garantir condições de segurança e competitividade das associações, através de investimentos voltados na segurança das atividades, com aquisição de equipamentos de proteção individual (luvas, botas, uniformes para coleta seletiva e reciclagem), proporcionar visibilidade e capacitação ao trabalho desenvolvido, através da compra de uniforme para palestras e eventos (corporativos e educacional) buscando

conforto e vestimenta da causa, transmitindo profissionalismo e sustentabilidade e da participação em eventos do setor de reciclagem, proporcionando capacitação técnica, acesso a boas práticas, políticas públicas e inovações que fortalecem a atuação dos catadores e catadoras como multiplicadores na região Norte do Estado.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/2010) estabelece que o resíduo sólido reciclável é um bem de valor, capaz de gerar emprego e renda. Por esse motivo, e diante da progressiva eliminação do preconceito em relação à atividade dos catadores, cresce o número de pessoas que se identificam como catadores(as) de materiais recicláveis, que atualmente somam aproximadamente 600 mil em todo o país (IPEA). Desse total, mais de 90% realizam suas atividades de forma pouco organizada, atuando isoladamente em lixões e nas ruas dos municípios brasileiros. Dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária apontaram que, em 2007, existiam cerca de 22.000 empreendimentos econômicos solidários no país, dos quais apenas 386, ou seja, 1,7%, estavam institucionalizados em associações, cooperativas ou grupos informais voltados à coleta e reciclagem de materiais.

V - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Fortalecer a Associação Regional de Catadores e Catadoras da Região Norte do Espírito Santo – Redenorte, por meio da melhoria das condições de trabalho, ampliação da capacitação técnica, promoção da visibilidade institucional, visando à inclusão socioeconômica dos catadores, aumento na coleta seletiva e desenvolvimento sustentável na gestão de resíduos sólidos do Norte do Estado.

Objetivos Específicos

1. Promover a segurança do trabalho dos catadores e catadoras, por meio da aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades de coleta, triagem e transporte de materiais recicláveis;
2. Fortalecer a identidade e visibilidade institucional da Redenorte e de suas associações filiadas, por meio da padronização de uniformes para uso operacional e em atividades institucionais, educativas e eventos;
3. Ampliar a capacitação técnica e gerencial dos catadores e catadoras, por meio da participação em eventos, feiras, seminários e capacitações voltadas à reciclagem, economia circular e gestão de resíduos sólidos.

VI – PÚBLICO BENEFICIÁRIO

20 associações que compõem a Redenorte, seus associados e moradores dos municípios de Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Boa Esperança, Ecoporanga, Itaguaçu, Itarana, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Mateus, Rio Bananal e Vila Pavão.
VII – ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Municípios da Redenorte do Estado do Espírito Santo nas localidades das associadas da Redenorte.
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
Os moradores das regiões de abrangência do projeto têm papel fundamental para o êxito do projeto, pois eles contribuem diretamente com a separação e destinação adequada dos materiais recicláveis para a coleta seletiva realizada pelas associações de catadores de materiais recicláveis da região.
ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
Prefeituras municipais de abrangência das associações que compõem a Redenorte, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Fórum Capixaba de Resíduos Sólidos.
VIII – RESULTADOS ESPERADOS
- Melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho dos catadores e catadoras; - Ampliação do nível de qualificação técnica e acesso a informações estratégicas do setor; - Fortalecimento institucional da Redenorte enquanto referência regional na gestão de resíduos sólidos e maior visibilidade e reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis.

DETALHAMENTO METODOLÓGICO

Etapa	Objetivos Específicos	Ações	Metas	Resultados Esperados
1	Promover a segurança do trabalho dos catadores e catadoras, por meio da aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades de coleta, triagem e transporte de materiais recicláveis	- Aquisição de kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (luvas, botas, uniformes operacionais, máscaras, óculos de proteção); - Distribuição dos EPIs para os catadores vinculados às associações.	- 100% das associadas da Redenorte com kits de EPIs entregues (luvas, botas, uniformes operacionais)	- Redução dos riscos ocupacionais nas atividades de coleta, triagem e transporte de resíduos; - Melhoria das condições de saúde e segurança dos associados.
2	Fortalecer a identidade e visibilidade institucional da Redenorte e de suas associações filiadas, por meio da padronização de uniformes para uso em atividades institucionais, educativas e eventos	- Aquisição e distribuição de uniformes institucionais (eventos, palestras, ações educativas)	- 80 uniformes institucionais entregues aos associados da Redenorte para participação em eventos ou feiras ou seminários e atividades institucionais	- Ampliação do reconhecimento institucional da Redenorte e de suas associadas - Fortalecimento da imagem profissional dos catadores e catadoras perante a sociedade e o poder público; - Maior inserção da Redenorte em espaços institucionais, eventos e articulações do setor
3	Ampliar a capacitação técnica e gerencial dos catadores e catadoras, por meio da participação em eventos, feiras, seminários e capacitações voltadas à reciclagem, economia circular e gestão de resíduos sólidos	- Definição e viabilização da participação em eventos ou feiras ou seminários; - Realização de oficina de capacitação para socialização do conhecimento adquirido entre os associados.	- 2 participações em eventos ou seminários ou feiras ou capacitações voltadas para o setor no Estado - 1 participação em evento ou feira ou seminário em nível nacional do setor	- Elevação do nível de qualificação dos catadores e catadoras; - Ampliação do acesso a informações sobre mercado, políticas públicas e inovação no setor; - Formação de multiplicadores locais em gestão de resíduos e economia circular.

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

X- COMO SE DARÁ O PROCESSO DE AVALIAÇÃO?

O processo de avaliação do projeto será realizado de forma contínua e participativa, abrangendo tanto o acompanhamento das atividades quanto a mensuração dos resultados alcançados.

Será realizado o registro das ações necessárias para cumprimento dos objetivos e alcance dos resultados esperados, sendo ao final, elaborado relatório contendo os resultados efetivamente alcançados para o fortalecimento da Associação Redenorte.

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fonte de Informação	Formas de coleta de dados	Responsável pela coleta	Periodicidade
Promover a segurança do trabalho dos catadores e catadoras, por meio da aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades de coleta, triagem e transporte de materiais recicláveis	- Nº de kits de EPIs adquiridos e distribuídos	- Percepção dos catadores sobre melhoria na segurança	- Relatórios de distribuição - Registros fotográficos - Questionários aplicados	- Checklists de entrega - Observação em campo	Coordenador do projeto	Semestral ou ao final da execução do projeto
Fortalecer a identidade e visibilidade institucional da Redenorte e de suas associações filiadas, por meio da padronização de uniformes para uso em atividades institucionais, educativas e eventos	- Nº de uniformes institucionais distribuídos - Nº de eventos com participação da Redenorte	- Grau de reconhecimento institucional da Redenorte	- Registros da participação da Redenorte em atividades institucionais, educativas ou eventos do setor	- Registro documental e relatório de participação das atividades	Coordenador do projeto	Semestral ou ao final da execução do projeto
Ampliar a capacitação técnica e gerencial dos catadores e catadoras, por meio da participação em eventos, feiras, seminários e capacitações voltadas à reciclagem, economia circular e gestão de resíduos sólidos	- Nº de participações em eventos ou feiras ou seminários;	- Nível de aprendizado percebido - Aplicação prática do conhecimento	- Relatórios de capacitação - Certificados	- Avaliação pós-participação em eventos ou seminários ou feiras - Observação das práticas socializadas	Coordenador do projeto	Ao final da execução do projeto

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

XI – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA							
Cargo	Nº de Profissionais	Escolaridade		Atribuições	Já trabalha na instituição ?		Período de Contratação (meses)
		Superior	Médio		Sim	Não	
Coordenador	01		X	- Responsável por elaboração de projetos relatórios de atividades e relações com todos os parceiros e comunidade envolvida no processo. - Responsável pela prestação de contas financeira, pelos pagamentos e pelos contratos. - Responsável pelo contrato com a ADERES para tratar da gestão do projeto.	X		-
							-

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

XII – ORÇAMENTO									
CUSTEIO AQUISIÇÃO DE EPI's									
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	DIAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CNPJ 60.859.842/0001-25		PONTO BELO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CNPJ 07.849.712/0001-29		AGROMIX CNPJ: 19.722.161/0001-17		MÉDIA
			UNID	TOTAL	UNID	TOTAL	UNID	TOTAL	
1	BOTINA	203	R\$ 89,99	R\$ 18.267,97	R\$ 72,00	R\$ 14.616,00	R\$ 79,90	R\$ 16.219,70	R\$ 16.367,89
2	MÁSCARA	203	R\$ 2,99	R\$ 606,97	R\$ 2,50	R\$ 507,50	R\$ 1,90	R\$ 385,70	R\$ 500,06
3	AVENTAL	203	R\$ 19,99	R\$ 4.057,97	R\$ 32,00	R\$ 6.496,00	R\$ 25,90	R\$ 5.257,70	R\$ 5.270,56
4	LUVA PVC FORRADA	203	R\$ 22,00	R\$ 4.466,00	R\$ 24,00	R\$ 4.872,00	R\$ 25,90	R\$ 5.257,70	R\$ 4.865,23
5	LUVA HELANCA	203	R\$ 4,99	R\$ 1.012,97	R\$ 3,50	R\$ 710,50	R\$ 4,25	R\$ 862,75	R\$ 862,07
	TOTAL			R\$ 28.411,88		R\$ 27.202,00		R\$ 27.983,55	R\$ 27.865,81
								MÉDIA TOTAL	R\$ 27.865,81

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

CUSTEIO AQUISIÇÃO UNIFORMES OPERACIONAL E INSTITUCIONAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	ANTONIO FIGUEIREDO CNPJ 52.150.433/0001-27		RULAY CONFECÇÕES CNPJ 07.765.286/0001-45		SUSY CONFECÇÕES CNPJ 50.439.906/0001-85		MÉDIA
			UNID	TOTAL	UNID	TOTAL	UNID	TOTAL	
1	UNIFORME OPERACIONAL - CALÇA MALHA HELANCA	203	R\$ 59,80	R\$ 12.139,40	R\$ 62,00	R\$ 12.586,00	R\$ 60,00	R\$ 12.180,00	R\$ 12.301,80
2	UNIFORME OPERACIONAL - CAMISA MANGA LONGA	203	R\$ 59,80	R\$ 12.139,40	R\$ 62,00	R\$ 12.586,00	R\$ 60,00	R\$ 12.180,00	R\$ 12.301,80
3	UNIFORME INSTITUCIONAL - CAMISA COLA POLO	80	R\$ 64,80	R\$ 5.184,00	R\$ 66,00	R\$ 5.280,00	R\$ 65,00	R\$ 5.200,00	R\$ 5.221,33
	TOTAL			R\$ 29.462,80		R\$ 30.452,00		R\$ 29.560,00	R\$ 29.794,19
MÉDIA TOTAL									R\$ 29.794,19

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

CUSTEIO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OU FEIRAS OU SEMINÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	DECRETO Nº 5533-R, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.		
		QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	DIÁRIAS NO ESTADO	93	220,00	20.460,00
2	DIÁRIAS FORA DO ESTADO	120	400,00	48.000,00
		TOTAL		68.460,00

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MAR TURISMO CNPJ 20.648.443/0001-16		EMPRESA DE TRANSPORTES JOASSUBA LTDA CNPJ: 04.846.340/0001-GG		PEDRA AZUL TURISMO LTDA CNPJ 36.318.624/0001-07		MÉDIA TOTAL
			VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
1	LOCAÇÃO DE TRANSPORTE	1	33.340,00	R\$ 33.340,00	R\$ 26.300,00	R\$ 26.300,00	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 33.880,00

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO REPASSE	
Mês de repasse	Total
<u>JULHO/2026</u>	R\$ 160.000,00
<u>TOTAL</u>	R\$ 160.000,00

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (R\$)* * incluir encargos trabalhistas, caso inclua salários
CUSTEIO – ESTIMATIVA

Item	Descrição	Quant.	Estimativa de custos			
			Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor acumulado (R\$)
1	BOTINA	203	Unid.	R\$ 80,63	R\$ 16.367,89	R\$ 16.367,89
2	MÁSCARA	203	Unid.	R\$ 2,46	R\$ 500,06	R\$ 500,06
3	AVENTAL	203	Unid.	R\$ 25,96	R\$ 5.270,56	R\$ 5.270,56
4	LUVA PVC FORRADA	203	Unid.	R\$ 23,97	R\$ 4.865,23	R\$ 4.865,23
5	LUVA HELANCA	203	Unid.	R\$ 4,25	R\$ 862,07	R\$ 862,07
TOTAL						R\$ 27.865,81

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE CATADORES DA REGIÃO NORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO REDENORTE
CNPJ: 44.017.802/0001-80

Item	Descrição	Quant.	Estimativa de custos			
			Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor acumulado (R\$)
1	UNIFORME OPERACIONAL - CALÇA MALHA HELANCA	203	Unid.	R\$ 60,60	R\$ 12.301,80	R\$ 12.301,80
2	UNIFORME OPERACIONAL - CAMISA MANGA LONGA	203	Unid.	R\$ 60,60	R\$ 12.301,80	R\$ 12.301,80
3	UNIFORME INSTITUCIONAL - CAMISA COLA POLO	80	Unid.	R\$ 65,27	R\$ 5.221,33	R\$ 5.221,33
TOTAL						29.794,19

Item	Descrição	Quant.	Estimativa de custos			
			Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor acumulado (R\$)
1	DIÁRIAS NO ESTADO	93	Unid.	R\$ 220,00	-	R\$ 20.460,00
2	DIÁRIAS FORA DO ESTADO	120	Unid.	R\$ 400,00	-	R\$ 48.000,00
TOTAL						R\$ 68.460,00

Item	Descrição	Quant.	Estimativa de custos			
			Unidade medida	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)	Valor acumulado (R\$)
1	LOCAÇÃO DE TRANSPORTE	1	Unid.	R\$ 33.880,00	-	R\$ 33.880,00
TOTAL						R\$ 33.880,00

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a **ADERES - Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Mucurici-ES, 10 de julho de 2026.

Mirani dos Santos Pereira

Presidente da Associação Redenorte

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Vitória-ES, 10 de julho de 2026.

ALBARTO FARIAS GAVINI FILHO

Diretor Geral - Aderes

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO

DIRETOR-GERAL

ADERES - ADERES - GOVES

assinado em 10/07/2026 11:46:56 -03:00

MIRANI DOS SANTOS PEREIRA

CIDADÃO

assinado em 10/07/2026 12:18:00 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 10/07/2026 12:18:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por SAMARA RAMOS SABINO (ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL IV AD-06 - ADERES - ADERES - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-K5KKWC>

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

HUGO SANTOS TOFOLI
DIRETOR-GERAL
ADERES - ADERES - GOVES
assinado em 27/07/2026 13:58:45 -03:00

MIRANI DOS SANTOS PEREIRA
CIDADÃO
assinado em 27/07/2026 13:50:53 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/07/2026 13:58:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SAMARA RAMOS SABINO (ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL IV AD-06 - ADERES - ADERES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-SV3Q8D>